

Cidadãos Conectados: A Revolução das Vozes Alternativas¹

Claudia GALANTE²

Pedrinho GUARESCHI³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) tornaram possível o aparecimento de um ambiente interativo, cooperativo e descentralizado. O uso dessas ferramentas pela sociedade civil traz profundas transformações para a ação coletiva contemporânea, e assim, o objetivo deste trabalho é discutir como, e até que ponto, essa realidade possibilitará a participação dos cidadãos nos processos democráticos. Para tanto, o trabalho apresenta dois estudos de caso: “Rua Gonçalo de Carvalho” e “Pontal do Estaleiro” e demonstram que as TICs podem ser pensadas como um “ciberespaço público”, sem, no entanto, atribuir a sua mera existência a promessa de uma sociedade mais democrática.

Palavras-chave: Comunicação; Internet; Tecnologias de Informação e Comunicação; Ciberativismo (ações coletivas).

ABSTRACT

Information and communication technologies (ICT) have allowed the emergence of an interactive, collaborative and decentralized environment. The use of ICTs tools by civil society brings huge changes to the contemporary collective action. Then main challenge of this work is to discuss how and whither this reality will allow the people participation in democratic processes. Our work show two case studies: "Rua Gonçalo de Carvalho", and "Pontal do Estaleiro" and proves that ICTs can be thought as a "public cyberspace", without assign its mere existence for the promise of a more democratic society.

Keywords: Communication; Internet; Information and communication technologies; Cyberactivism (collective action).

¹ Trabalho apresentado à segunda edição da Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, publicação ligada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Paraná.

² Claudia Galante é mestre em psicologia social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua na área de comunicação social do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Email para contato: galanteclaudia@gmail.com

³ Pedrinho Guareschi é pós-doutor em ciências sociais pela Columbia University (EUA). É professor convidado da UFRGS. Email para contato: pedrinho.guareschi@ufrgs.br

1 INTRODUÇÃO

Algo mudou de forma muito rápida nos últimos anos. Em praticamente duas décadas, os avanços tecnológicos trouxeram comodidade, diversão, interação e principalmente possibilidades. As alterações foram graduais, através do rádio, telégrafo, telefone e televisão, e sofreram uma verdadeira revolução com o advento dos computadores pessoais, seguidos dos computadores coletivos, conectados em rede através da internet. Considerando que o direito à comunicação é um dos direitos humanos e a democracia em uma sociedade só se consolida com a democracia no exercício do poder de se comunicar, “temos o direito de sermos sujeitos e não apenas objetos da comunicação” (GUARESCHI, 2009, p. 148). Assim, com o fluxo cada vez maior de informação, os grupos dominantes perderam uma parte significativa do controle tradicional sobre a informação que chega e é transmitida pela população.

Dentro desse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar como as manifestações sociais, organizadas com o apoio de ferramentas das TICs, podem se fazer ouvir e ter suas reivindicações atendidas, em um ambiente até então permeado por uma mídia de massa vertical, que sempre falou em nome de uma minoria para uma maioria sem qualquer possibilidade de interação. Assim, a questão central que este trabalho se propõe a discutir é como e até que ponto esse território possibilitará a participação dos cidadãos nos processos democráticos.

Os movimentos por justiça vêm se multiplicando, constituindo-se não só em um fenômeno social, especialmente no seio da sociedade civil, mas também em um fenômeno da comunicação cibernética, envolvendo milhões de cidadãos no mundo todo. Muitos destes *ciberativistas* fazem uso político das tecnologias para protestar e, assim, provocam mudanças nos paradigmas da militância política.

Metodologicamente, este trabalho foi construído em função da questão principal levantada, através de análise documental, buscando uma interpretação através da hermenêutica, pois os temas relacionados à comunicação não são unívocos. A pesquisa se deu através do “estudo de caso”, metodologia julgada mais adequada para entender e analisar o objeto proposto. Os estudos de caso representam a estratégia mais indicada quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2010).

Foram elaborados dois estudos de caso – “Rua Gonçalo de Carvalho” e “Pontal do Estaleiro” – dois movimentos que trouxeram à luz um jogo de interesses políticos e

econômicos, disfarçados de benefícios à população. Os dois estudos foram feitos em conjunto, pois apesar de reivindicações diferentes, os atores envolvidos estavam interligados. Para a análise dos casos, foram realizadas diversas entrevistas com integrantes dos movimentos *Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho*, *Movimento em Defesa da Orla do Guaíba* e *Fórum de Entidades*. Foi realizada também uma análise aprofundada em diversos *blogs* e *sites*, consulta em *sites* da Prefeitura de Porto Alegre, da Câmara Municipal e do Ministério Público, consulta em legislação e projetos de leis, além de levantamentos de notícias veiculadas em jornais impressos e televisivos da época. Para a elaboração do contexto histórico do caso “Pontal do Estaleiro” nos baseamos em Bones (2009) e Quevedo (2009).

Tendo em vista o objetivo geral e seus desdobramentos, vamos apresentar o contexto da Sociedade em Rede definida por Castells (2003) e em seguida faremos uma análise sobre o ciberativismo. Após a contextualização do ambiente proporcionado pelas TICs, vamos apresentar os estudos de caso e finalizaremos com algumas considerações.

2 A Sociedade em Rede e a Era da Conexão

A informatização da sociedade, que começou na década de 70, caracterizou-se pela convergência tecnológica e pela informatização total das sociedades. No início do século XXI nos deparamos com o surgimento de uma nova fase da Sociedade da Informação, iniciada na década de 80 com a popularização da internet. Essa nova fase, a partir da popularização dos telefones celulares, das redes de acesso à internet sem fio (*Wi-Fi* e *Wi-Max*) e das redes caseiras de proximidade, com a tecnologia *Bluetooth*, radicalizou o desenvolvimento da computação sem fio, pervasiva e ubíqua.

O século XXI trouxe transformações na forma de produzir e consumir informação. “A cibercultura solta as amarras e desenvolve-se de forma onipresente, fazendo com que não seja mais o usuário que se desloca até a rede, mas a rede que passa a envolver os usuários e os objetos numa conexão generalizada”. (LEMOS, 2005, p. 2).

Se os anos 80 e 90 foram marcados pela popularização da internet e a transformação do computador pessoal em computador coletivo, conectado ao ciberespaço, no século XXI, a “Era das Conexões” Lemos (2005), a rede é o computador e este uma máquina em conexão.

Castells (2003) propõe a idéia da sociedade em rede, cujo princípio de desenvolvimento é informacional. Segundo ele, as tecnologias da informação, desde a

microeletrônica, a computação, as telecomunicações, a radiodifusão, a optoeletrônica e até a engenharia genética, introduzem um princípio que penetra em todas as esferas da vida social: o informacionalismo. Esse princípio caracteriza a sociedade em rede, em que:

Os principais processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder político, militar e a comunicação via mídia já estão profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globais de riqueza, poder e símbolos que funcionam sob essa lógica. É uma estrutura social comum, com tipos, cenários e expressões culturais diferentes. (CASTELLS, 2003, p. 38).

De acordo com a sociedade apontada por Castells, a individualização torna-se política, as questões privadas tornam-se públicas e sua defesa passa a ocupar o espaço público, que por sua vez é redefinido juntamente com a política sem necessariamente estar dentro das instituições.

Na concepção ideal da sociedade em rede, a internet geraria um espaço de discussão, altamente democrático, em que todos que desejassem poderiam ser ouvidos em igualdade de condições. Apesar das várias ressalvas que podem ser endereçadas a tal visão, podemos falar em uma cidadania mais responsável, graças a um acesso plural à informação.

Por outro lado, Fernback e Thompson (1995) argumentam que as comunidades geradas pelas TICs seriam incapazes de resolver os problemas da representação democrática e de renovação da vida ativa de uma verdadeira cidadania, construída na esfera pública real das nações, pois elas promovem a fragmentação cultural e política nas sociedades. O custo e o conhecimento sobre o uso de computadores geram a exclusão da maior parte da sociedade. Além disso, os encontros nas comunidades virtuais podem ter um papel catártico, gerando para um público o sentimento de envolvimento e participação, que não evoluiria na direção da construção da participação atual em ações comuns, seja na vida de nossos vizinhos ou na vida cívica. Mesmo que, para eles, ainda não se possa prever o que resultará desta mudança radical, as redes tem o potencial modificar para melhor o perfil das sociedades.

As TICs possibilitam que todos nós possamos ser não só consumidores de informação, mas também produtores e, dessa forma, expandir nossa participação nos processos democráticos. Um dos principais apontamentos neste fenômeno é o processo de transformação cultural que está intrínseco nesta ambiência, “desta maneira se junta através da técnica três anseios do homem da contemporaneidade: a rapidez, a eficiência

de locomoção e o permanente contato com os demais membros da comunidade” (PELLANDA, 2004, p. 5).

Essa virtualização vivida pelas sociedades contemporâneas adiciona outra dimensão ao debate. O que muda é que amadores conseguem inserir suas imagens e pensamentos no processo político e, qualquer integração crescente entre política, cultura popular e vida cotidiana ajuda a mobilizar os indivíduos a pensar em uma cidadania democrática como estilo de vida. Há a possibilidade da entrega dos meios de produção, que é a lógica do acesso público.

Para ilustrar as informações supracitadas podemos apontar três importantes acontecimentos ocorridos no início do século XXI: a marcha do movimento Zapatista de Chiapas para a capital do México, transmitida e acompanhada ao vivo através do ciberespaço; a manifestação de protesto da sociedade civil global em Gênova, na Itália, por ocasião da reunião do G8 e a reviravolta eleitoral ocorrida na Espanha após o governo espanhol precipitadamente responsabilizar o ETA por um atentado terrorista em Madri, mesmo após a *Al Qaeda* assumir a autoria do ataque. Em todos esses movimentos as tecnologias comunicacionais fomentaram novas potencialidades para a organização social e a ação coletiva. De acordo com Autoun (2001), a multidão encontra na rede um meio privilegiado de exprimir sua potência de ação.

3 Ciberativismo

Uma das novidades trazidas pela sociedade em rede é a possibilidade dos movimentos da sociedade civil se organizarem e se coordenarem em tempo real e escala planetária. Arquilla e Ronsfeld (2000) apontaram que a revolução informacional está mudando a forma pela qual as pessoas lutam ao longo de todo o espectro do conflito. E estão fazendo, fundamentalmente, mediante a melhoria da potência e da capacidade de ação de pequenas unidades, favorecendo a emergência de formas reticulares de organização, doutrina e estratégia que tornam cada vez mais difícil a vida das grandes e hierárquicas formas tradicionais de organização.

Segundo Castells (2001):

Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam à transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela internet, assim como os ambientalistas, feministas, movimentos de direitos humanos [...], numa lista infindável de projetos sociais e causas políticas. (p. 114).

É nesse contexto que podemos falar em ciberativismo, definido por Ugarte (2008) como:

Toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do boca a boca multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal. (p. 77).

O ciberativismo não é uma técnica, mas uma estratégia. Fazemos ciberativismo quando publicamos na rede esperando que os que lêem avisem aos outros, e assim a informação se multiplique. Um ciberativista é alguém que utiliza as novas tecnologias de informação e comunicação para difundir um discurso, colocando à disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas o poder e a visibilidade até então monopolizados pelas instituições. Um ciberativista é uma enzima do processo pelo qual a sociedade deixa de se organizar em redes hierárquicas descentralizadas e passa a constituir-se em redes distribuídas basicamente igualitárias.

Denominados movimento dos movimentos por Hardt e Negri (2004), a plena expressão da autonomia e da diferença de cada um coincide com a articulação de todos, assim:

Grupos contraditórios como ambientalistas e sindicalistas, anarquistas e grupos religiosos, gays e lésbicas, e os que protestavam contra o complexo carcerário-industrial, se apresentam unidos e se relacionando em rede agindo com o que têm em comum. (p. 125).

Os movimentos de globalização que se estenderam de Seattle a Gênova e os Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre a Mumbai, mobilizando os movimentos contra guerra, constituem exemplos claros de organizações disseminadas em rede.

Podemos dizer que as tecnologias comunicacionais servem de suporte para uma reformulação no modo como os indivíduos se organizam em torno de projetos de interesse comum. As redes digitais abrem espaço para a emergência de uma esfera pública interconectada, com um potencial mais democrático que a esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa. Evidencia-se, dessa forma, que os tradicionais meios de comunicação tidos como de massa não são mais os únicos instrumentos formadores das idéias partilhadas pelos membros de uma sociedade. A comunicação integrada a uma organização tecnológica e adequada a um regime de visibilidade pública, é a forma de vida emergente desta atual mídia produzida através do

interativismo do ciberespaço “como resultado do casamento da política de ação direta do ativismo como potência interativa e descentralizadora dos sistemas de hipermídia” (Antoun, 2001: 03).

4 Os casos “Rua Gonçalves de Carvalho” e “Pontal do Estaleiro”

A Rua Gonçalves de Carvalho, situada entre os bairros Independência e Floresta em Porto Alegre, constitui-se de um corredor verde formado por dezenas de árvores tipuanas, plantadas pelos próprios moradores em 1937, sendo uma das mais belas e arborizadas ruas do estado. Em outubro de 2005, ao saber por um jornal impresso local que um grande edifício-garagem seria construído junto à rua, o dentista Haeni Ficht, morador da Gonçalves, tomou a decisão de fazer algo para denunciar o que estava para acontecer. Falou com os vizinhos, procurou maiores informações e logo juntou um pequeno grupo disposto a agir. No entanto Haeni faleceu antes dos desdobramentos do caso.

Liderados por Haeni Ficht, ainda em outubro, os moradores criaram o movimento “Amigos da Rua Gonçalves de Carvalho” e em seguida, com o apoio da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS), para que pudessem entrar no Ministério Público em defesa da comunidade, foi fundada a entidade jurídica “Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência” (AMABI), sendo ambos presididos por Haeni até sua morte, em 09 de janeiro de 2006.

A garagem faria parte da construção da sede própria da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) no terreno do Shopping Total, de propriedade privada. Dessa forma, a luta pela proteção da rua seria difícil, pois envolvia grandes verbas públicas e apoios privados poderosos. O edifício-garagem teria sete pavimentos, sendo dois andares no subsolo, junto à Rua Gonçalves de Carvalho e funcionaria todos os dias, ininterruptamente, não apenas quando houvesse espetáculos no teatro. Ou seja, os sete andares do estacionamento serviriam muito mais como uma ampliação do estacionamento do shopping do que aos frequentadores do teatro.

Os projetos OSPA/Edifício-Garagem, a abertura do estacionamento para a Rua Gonçalves de Carvalho e as inversões de sentido de fluxo de veículos nas ruas adjacentes já estavam sendo aprovadas na prefeitura quando vieram ao conhecimento do grupo. Tais projetos previam ampliações e modificações viárias na área do *Shopping Total*, cujo resultado traria grande aumento do trânsito de veículos, além da poluição sonora e

ambiental. O local é uma pedreira basáltica, ou seja, para a escavação do subsolo seria necessário o emprego de dinamite, o que poderia ocasionar danos às estruturas dos edifícios vizinhos. A construção também aumentaria muito a poluição atmosférica na área. A obra também prejudicaria a rua de outras formas. Segundo o relatório de tráfego, ela não suportaria um aumento estrondoso no fluxo de veículos. A área é habitada por inúmeros pássaros, e as árvores de idade já avançada seriam prejudicadas com a pavimentação de asfalto (a rua é calçada apenas com pedras). O asfalto dificultaria as plantas absorverem a água das chuvas, que escoaria pelos bueiros. A respiração das mesmas também seria prejudicada. Tais fatores fariam as plantas procurarem seus recursos na superfície, fazendo suas raízes se deslocarem e promoverem um levantamento das calçadas, quebrando o calçamento e dificultando o trânsito de pedestres.

Além disso, a questão ia muito além das causas ambientais supracitadas. O Shopping Total utiliza área de propriedade privada cedida por prazo determinado e estava interessado no estacionamento por não poder construir um próprio. Dessa forma, cedeu uma área para OSPA com a garantia da construção do estacionamento com recursos públicos, pois a obra seria ancorada pela Lei Rouanet⁴, beneficiando-se muito com isso. A OSPA teria em média 2 espetáculos semanais, com poucas horas, garantindo ao shopping o uso do estacionamento em todos os outros períodos. Aprofundando um pouco mais a questão, descobriu-se que o terreno não era do Shopping Total, mas da empresa Taquarussú, de propriedade do Renato Ribeiro, então proprietário do Grupo Jornalístico Caldas Junior, um dos maiores grupos de comunicação do estado do Rio Grande Sul.

Em resumo: o shopping precisava de estacionamento e não podia construí-lo devido à legislação, cedeu então uma área por 25 anos, tempo de contrato do aluguel no terreno. Passado o período, de acordo com o contrato, toda e qualquer benfeitoria construída passaria a ser do proprietário, a empresa Taquarussú. Dessa forma, o dinheiro público seria usado para a construção de uma propriedade privada e, após o período do contrato, a OSPA estaria sem teatro novamente.

Como os principais veículos de comunicação se negaram a divulgar os fatos, o movimento criou o *blog* dos “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” no endereço eletrônico goncalodecarvalho.blogspot.com. Todos os assuntos relevantes à causa podiam ser acompanhados por qualquer pessoa com acesso à Internet, sem o filtro da

⁴ Lei Federal de Incentivo à Cultura (8.313 de 23/12/1991): Institui políticas públicas para a cultura nacional.

mídia de massa. Paralelamente foi criado um *email* para que a população pudesse interagir e colaborar com o movimento.

O grupo fazia panfletos, mandava *emails* e mantinha o *blog* atualizado. Assim o movimento conseguiu apoio de outros bairros, cidades e até de entidades de outros países. Ao receber as manifestações de apoio, o movimento pedia que fossem enviadas mensagens ao Ministério da Cultura, pois seria a única forma de conter o projeto já aprovado.

Porém, no dia 20 de janeiro de 2006, a Prefeitura anunciou a autorização para o início das obras do novo Teatro da OSPA na área do Shopping Total, prevendo a construção de sala sinfônica e estacionamento. Apesar da aprovação da prefeitura, após muita pressão por parte dos simpatizantes da causa, o Ministério Público afirmou que ainda analisaria a validade da licença. Em março veio o veredicto do Ministério da Cultura: o projeto está aprovado, porém não pode ser viabilizado através da Lei Rouanet, basicamente porque se trataria de um projeto público em uma área privada, o que a legislação veda. Sem esses incentivos seria difícil alguém investir na OSPA. A única solução juridicamente viável seria uma desapropriação da área onde ficaria o teatro, opção muito onerosa tanto para o Estado quanto para a Prefeitura.

Em 05 de junho de 2006 veio a vitória, não apenas da rua, mas de toda a cidade e do direito do cidadão ser ouvido. A obra não saiu e a rua com suas árvores, pássaros e seu calçamento de pedras foi tombada como Patrimônio Histórico, Cultural e Ecológico de Porto Alegre, através do decreto municipal nº 15.196/06. De acordo com informações de integrantes do movimento “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”, foi o primeiro caso conhecido de uma rua tombada na América Latina. O desfecho final se deu no dia 09 de junho de 2006. A OSPA comunicou a desistência do projeto através de um ofício endereçado a então Procuradora da República.

Já o caso Pontal do Estaleiro tornou-se polêmica durante a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA). O projeto monopolizou um debate entre novembro de 2008 e agosto de 2009, ao sair do escopo da revisão do Plano Diretor e solicitar alteração da Lei Complementar 470, de 02/01/2002. A lei previa a ocupação do local apenas para fins cultural, turístico e paisagístico, vedado habitação, comércio atacadista e indústria e os prédios poderiam ter a altura máxima de quatro andares (12,5m).

Numa área de 60 mil metros quadrados funcionava um dos estaleiros mais tradicionais da capital. A empresa faliu em 1995 e, para pagar as indenizações

trabalhistas, a justiça determinou o leilão do terreno. O terreno foi avaliado em 13 milhões. Após cinco leilões fracassados, o terreno foi arrematado por 7,2 milhões. A empresa que arrematou o terreno lançou em 2007 um projeto que incluía a construção de prédios empresariais, um hotel, praças, uma marina pública, bares e restaurantes; um investimento que poderia chegar a 120 milhões de reais. A inclusão de quatro edifícios residenciais e dois comerciais (sendo um flat) de 43m de altura foi um dos maiores motivos de reclamação pelas entidades que defendem a orla do Guaíba. Como é que alguém compra algo por um valor abaixo do preço, faz um projeto com tudo que é proibido e pede que a lei seja mudada para ele? Dezenas de entidades ambientalistas e moradores de várias regiões da cidade denunciaram essa tentativa de mudança da legislação em proveito do poder econômico. Denunciaram os problemas viários, ambientais, paisagísticos, éticos e legais do projeto.

Desde o tombamento da Rua Gonçalves de Carvalho, os integrantes do movimento “Amigos da Rua Gonçalves de Carvalho” integraram-se ao movimento “Porto Alegre Vive”, criado em 2003 como uma união de esforços de associações de bairros, procurando divulgar suas opiniões e influenciar nas propostas de mudança do Plano Diretor. Muitas das associações do “Porto Alegre Vive” passaram a integrar o “Fórum de Entidades”⁵, instituído em 2007 na revisão do Plano Diretor. Dentro deste contexto originou-se o Movimento em Defesa da Orla do Rio Guaíba, constituído por diversas organizações articuladas dentro do Fórum de Entidades. O movimento é um agregador de entidades e ONGs que até hoje luta em defesa do meio ambiente, especialmente na orla do Guaíba, e conta com ativistas trabalhando em busca de visibilidade à causa.

Em agosto de 2007, foi criado o *blog* “www.poavive.blogspot.com”, como uma ferramenta de divulgação de todas as articulações do Movimento Porto Alegre Vive e, a partir de 2008, passou a ser o canal de comunicação do Movimento em Defesa da Orla, já que os principais veículos de comunicação exaltavam a beleza arquitetônica do projeto proposto para alterar uma Lei Municipal.

O blog passou a convocar e informar a população sobre todos os assuntos relevantes ao caso e a outras causas ambientais. A partir de então o Movimento em Defesa da Orla do Rio Guaíba passou a receber apoios de diversos blogs, entidades e cidadãos de diversos lugares do Brasil e do mundo.

⁵ Fórum de Entidades: canal para a participação de entidades da sociedade civil e movimentos sociais na revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

No dia 15 de setembro foram divulgadas por diversos *blogs* as 24 entidades que formaram a frente do NÃO e iniciou-se uma grande campanha contra o projeto “Pontal do Estaleiro”. A principal divulgação se dava através dos *blogs* e dos milhares de *emails* que se multiplicavam, chegando a vários lugares do Brasil. Em 22 de setembro, a Agapan criou um abaixo-assinado *online*, que contou com mais de sete mil assinaturas.

Como os materiais impressos foram produzidos em pequeno número, toda a campanha era realizada através de emails e blogs na Internet. No início de agosto, às vésperas da votação, a Casa de Cinema de Porto Alegre colaborou com um vídeo que foi visto mais de 14 mil vezes no Youtube até o dia da votação. Tudo era feito através da Internet. Os manifestantes pediam apoio, convocavam para manifestações e todos os assuntos relevantes eram repercutidos através na rede. O Movimento em Defesa da Orla conta com mais de 10 mil emails arquivados, entre recebidos e enviados.

A polêmica rendeu duas aprovações, veto do prefeito e audiência pública na Câmara de Vereadores, e acabou em deliberação pública através de uma consulta à população. Pela primeira vez no Brasil a população iria às urnas para decidir algo relacionado à cidade. Em 23 de agosto de 2009, os moradores da capital foram às urnas em uma iniciativa inédita: por meio de uma consulta pública decidiriam aprovar ou não a construção de prédios residenciais em uma das áreas mais conhecidas da orla do Guaíba: o Pontal do Estaleiro. Foram 330 urnas espalhadas em 88 locais de votação e contou com a participação de mais de 18 mil eleitores, dos quais 80,7% disseram “não”.

Tanto no caso “Gonçalo de Carvalho” quanto no caso “Pontal do Estaleiro”, a Internet o que realmente mobilizou as pessoas foi a Internet, dando voz a população, que sem o apoio político e da grande mídia, conseguiu fazer pressão através dos meios alternativos de comunicação. Diante dos fatos e análises expostos, podemos aferir que a Internet foi decisiva para o tombamento da primeira rua tombada como Patrimônio Ambiental na América Latina e para que, pela primeira vez no Brasil, a população fosse às urnas decidir sobre o futuro da cidade.

5 Considerações finais

As reflexões presentes neste trabalho buscaram compreender como, a partir de exemplos concretos de uso e apropriação das tecnologias da informação e da comunicação, os indivíduos podem ser sujeitos da transformação social, promotores de novas cooperações, interações e possibilidades. Que vivemos em tempos de mudanças e que essas mudanças, de algum modo, têm a ver com as TICs já é uma idéia comum,

difundida e repetida. O que pretendemos demonstrar foi, sobretudo, o que as tecnologias comunicacionais representam nos processos democráticos.

Atualmente, sujeitos utilizam a experiência do ambiente em rede não só para se reunirem, mas também para expressarem suas idéias e lutarem pelos seus direitos. A pesquisa nos mostrou que a população está começando a introduzir, na comunicação, os avanços do que constitui certamente uma nova forma de comunicação em massa, porém, produzida, recebida e experienciada individualmente.

No caso da Rua Gonçalo de Carvalho e do Pontal do Estaleiro, praticamente toda a comunicação foi feita através da internet. E assim conseguiram fazer pressão. A vitória se deu devido à pressão realizada, vinda de vários lugares do Brasil e do mundo, através dos meios alternativos de comunicação.

Após os estudos de caso, pudemos perceber como as TICs, conectando milhares de pessoas hierarquicamente iguais, possibilitaram à população atuar como fiscalizadora dos processos democráticos, denunciando fraudes, corrupção, excessos autoritários e manipulações por interesses políticos e econômicos. Os movimentos, inseridos em uma ordem digital, mobilizaram diversas organizações, despertaram novos valores entre seus componentes e, questionando eticamente os grupos que se comprometeram com a manutenção da desigualdade, puderam ser ouvidos. O crescimento do ciberespaço possibilitou a experimentação de formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas, transformando a opinião pública em uma opinião midiática, nos propõem.

Dessa forma, contrapondo-se o ciberespaço com os meios de comunicação de massa, podemos argumentar que os clássicos meios de comunicação não são mais os únicos instrumentos formadores das idéias partilhadas pelos membros de uma sociedade. “A nova mídia desenvolve sua cobertura como um documentário ficcional, cujo roteiro vai sendo escrito através das fabulações narradas pelos próprios participantes” (ANTOUN, 2001, p. 16). As TICs funcionaram como porta-voz e trouxeram a *lúmen* informações que ficariam apenas com a minoria que pôde ter acesso a elas.

Não queremos e nem podemos afirmar que tudo o que é feito com as redes digitais seja bom. Acreditar em uma disponibilidade total das técnicas e de seu potencial para indivíduos ou coletivos supostamente livres, esclarecidos e racionais seria nutrir-se de ilusão. Não queremos transformar a internet em um eldorado digital, habilitado a suplantiar o poderio de veiculação dos megagrupos, o que seria desconhecer o

indiscutível predomínio dos conglomerados multimídias no atual cenário dos mercados de informação e entretenimento. O que podemos, a partir da análise deste trabalho, é ressaltar a emergência de potencialidades no âmbito virtual, fundadas em práticas comunicativas interativas, descentralizadas e não submetidas aos mecanismos habituais de seleção e hierarquização adotados pela grande mídia. As entidades civis valem-se da internet enquanto esfera pública de comunicação, livre de controles externos, para veicular informações e análises muitas vezes orientadas para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias construídas.

Podemos apontar e valorizar espaços alternativos e promissores de difusão de conteúdos contra-hegemônicos, sob reivindicação de organismos sociais e políticos que se opõem à lógica de reprodução de capital. Antonio Negri (1996) não vê esplendor nas tecnologias de comunicação, e sim a virtualidade de mudanças que nos convidam a imaginar horizontes, quer de um desenvolvimento da informática no sentido de uma nova e mais poderosa barbárie, quer de uma nova tomada de consciência da resistência e da possibilidade de retomarmos nas mãos da multidão o desenho do futuro. É um empenho de luta, consciente de que as transformações que se processam no âmago das redes podem facultar à inteligência humana novos ângulos de revolução.

Assim, a idéia de que as TICs representam uma possibilidade dos cidadãos participarem de processos democráticos fica claramente estabelecida. Os impactos sociais e políticos dessa comunicação mostram que apesar de restrições estruturais, o uso das tecnologias permite formas inovadoras de exercício da democracia. O trabalho demonstrou que as TICs podem ser pensadas como um “ciberespaço público”, sem, no entanto, atribuir a sua mera existência a promessa de uma sociedade mais democrática.

Referências

- AMIGOS DA RUA GONÇALO DE CARVALHO. Blog. Disponível em: <www.goncalodecarvalho.blogspot.com>. Acesso em: novembro e dezembro de 2010.
- ANTOUN, Henrique. Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia. *Revista Famecos*, PUC-RS. Porto Alegre, (16), p. 135-148, 2001.
- ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. *Swarming and the Future of Conflict*. Santa Monica: RAND, 2000.
- BONES, Elmar. Pontal do estaleiro. *Jornal Já*. Porto Alegre, 2009, n. 395, ago. 2009. Seção especial.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Site Institucional. Disponível em: <www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em novembro e dezembro de 2010.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Volume I. A Era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FERNBACK, Jan. e THOMPSON, Brad. *Virtual Communities: Abort, Retry, Failure? USA*: Rheingold, 1995.
- GUARESCHI, Pedrinho. *Sociologia crítica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- HARDT, Michael. e NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LEMOES, André. Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28. Rio de Janeiro, 2005. São Paulo: Intercom, 2005.
- NEGRI, Antonio. A melancolia dos catastrofistas: novos modos de revolução ainda podem surgir com as mudanças da informática. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 nov. 1996. Caderno Mais!.
- PELLANDA, Eduardo C. Ambiente Midiático Potencializado pela Convergência de Mídias e Internet Móvel. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27. São Paulo: Intercom, 2004.
- QUEVEDO, Josemari P. *Comunicação e debate público: o caso pontal do estaleiro em Porto Alegre*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- UGARTE, David. *O poder das redes*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.